

A POPULAÇÃO DE LISBOA ENTRE OS SÉCULOS XVII E XVIII: ORIGENS GEOGRÁFICAS, FAMÍLIAS E REPRODUÇÃO

Delminda Rijo

Técnica Superior de História na Câmara Municipal de Lisboa – Gabinete de Estudos Orlisiponenses e investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
delminda.rijo@cm-lisboa.pt

Rui Leandro Maia

Professor Associado na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa e investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
rlmaia@ufp.edu.pt

Resumo

O texto apresenta resultados decorrentes do levantamento de registos de batismo e de casamento das Mercês, paróquia da cidade de Lisboa, entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII.

Classificando os residentes do espaço pelas origens geográficas, entre naturais de Lisboa e externos, com suporte teórico e empírico, testa, discute e confirma a hipótese da existência de relações causais entre migrações, nupcialidade e reprodução, tendo por base a comparação de comportamentos em relação a idades ao primeiro casamento das mulheres, a intervalos protogenésicos e a primeiros intervalos intergenésicos e ao número total de filhos de famílias completas, ou seja, as que se acompanham entre a constituição pelas datas dos matrimónios e a finalização pelas datas de óbito dos primeiros cônjuges falecidos.

São confrontados pressupostos teóricos com resultados decorrentes da análise estatística dos comportamentos para as variáveis em questão que deixam perceber que os migrantes não constituem um grupo que simplesmente se adaptada ao espaço de acolhimento mas, antes, que se assumem como agentes de modificação e de dinamização de processos reprodutivos com tendências replicadas nos dois momentos em observação.

Abstract

The paper presents results arising from the survey records of baptism and marriage of Mercês, a Lisbon parish, between the second half of the seventeenth century and the first half of the eighteenth century.

Classifying space for the residents of geographical origins, between natural of Lisbon and external, support with theoretical and empirical tests, discusses and confirms the hypothesis of causal relationships between migration, marriage and reproduction, based on the comparison of behavior in relation the age at first marriage for women, births intervals, and total number of children of intact families, ie, those that follow the constitution between the dates of marriages and finalizing the dates of death of the first deceased spouse.

They are confronted with theoretical results arising from the statistical analysis of the behavior of the variables in question fail to realize that migrants are not a group that simply adapted to the hosting space but rather that assume themselves as agents of change and dynamism of reproductive processes with trends replicated in the two observation times.

1. Introdução

O texto apresenta resultados decorrentes do levantamento sistemático de informações constantes nos registos de batizados e de casamentos das Mercês, paróquia da cidade de Lisboa,¹ ao longo de cem anos, entre o início da segunda metade do século XVII e final da primeira metade do século XVIII.

Classificando os residentes do espaço pelas origens geográficas, naturais da cidade de Lisboa e externos, é testada a hipótese da existência de relações causais entre migrações e reprodução, agregando os indivíduos por tipologias de famílias (as famílias em que ambos os cônjuges são naturais da cidade de Lisboa, as famílias em que um dos cônjuges é natural de Lisboa e outro é migrante e as famílias em que ambos os cônjuges são migrantes).

A hipótese tem sido discutida e testada, estando, no entanto, em aberto nomeadamente por referência aos espaços urbanos, sobretudo os de grande dimensão humana, insuficientemente estudados, embora se saiba que a capacidade reprodutiva das populações é muito relacionável com condições económicas, admitindo-se, por isso, a emergência de práticas de limitação familiar dos nascimentos para o período em observação, com filiação a grupos sociais desfavorecidos constituídos, em muito, por migrantes (Cf. de Vries 1983: 21-22).

A cidade de Lisboa representa o centro receptor de populações provenientes de periferias próximas e distantes do Minho, da Beira Interior ou do Alentejo que nela desempenham, em simultâneo, a função de produtores – criados, aprendizes, trabalhadores braçais, vendedeiras, lavadeiras – e a função de reprodutores, de forma que “menos de um terço dos arrolados nas freguesias populares nascera na capital” (Rodrigues 2009: 195). É o que se verifica no espaço em observação que regista apenas entre 1650 e 1699 e entre 1700 e 1749, respectivamente, 27,6% e 21,6% do total de filhos nascidos em famílias em que os dois cônjuges daí são naturais. Dos restantes filhos registados, para o primeiro período, 50,5% nasceram em famílias em que um dos cônjuges é natural da cidade e o outro é de fora e 21,9% nasceram em famílias em que os dois cônjuges são migrantes; e para o segundo período, 46,8% nasceram em famílias em que um dos cônjuges é natural da cidade e o outro é de fora e 31,6% nasceram em famílias em que os dois cônjuges são migrantes.

O aumento da população da cidade foi sustentado pela presença e fixação dos migrantes o que não equivale a afirmar, como se perceberá, que a sua capacidade reprodutiva se exceda ou, sequer, se equipare à capacidade reprodutiva dos nativos.

¹ Realizado no âmbito do Projeto “Reconstituição de Paróquias de Lisboa até 1755” do Gabinete de Estudos Orlisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa.

2. Migrações, nupcialidade e reprodução em meio urbano

O crescimento expressivo e rápido dos espaços urbanos tornou-se notório com a Revolução Industrial e foi, em parte, conseguido pela fixação de migrantes, protagonistas de dinamização e de equilíbrio demográfico, com repercussões mútuas nas sociedades de origem e nas sociedades de acolhimento.

E que relevância demográfica terão assumido os migrantes em relação aos espaços urbanos no Antigo Regime? Os seus comportamentos, nomeadamente em matéria de casamento e de reprodução, terão sido equivalentes aos do período de industrialização?

Alguns estudos de demografia histórica têm demonstrado que a idade dos migrantes ao primeiro casamento é, em média, superior, nos dois sexos, à dos nativos (Cf. Dupâquier 1981: 41; Perrenoud 1994: 7), como consequência das condições de fixação e de permanência nos novos espaços e da ligação dos migrantes com as estruturas familiares que permanecem nos seus espaços de origem (Cf. Anderson 1971: 153-156; Garden 1975: 113-117). É também evidente a “segmentação” homogâmica do mercado matrimonial em função da origem geográfica (Cf. Maia 2003: 181-339; Lynch 1996: 215-216; Perrenoud 1994; Oris 2000: 394).

A observação dos percursos dos migrantes para momentos como o casamento e a reprodução deverá constituir uma forma por excelência, em estudos de microanálise, para a compreensão das dinâmicas das populações com o intuito de se perceber se os seus efeitos são regulares no tempo ou se estão apenas filiados aos processos de industrialização, de urbanização e de Transição Demográfica: os migrantes constituem um grupo que tende a assumir padrões comportamentais diferentes dos nativos por referência às populações urbanas que, como se sabe, estão insuficientemente estudadas. Se é verdade que dispomos de estudos que sistematizam o que se descreve para a fase industrial (Oris 1996), também é verdade que pouco se sabe em relação a períodos anteriores. Para a França, Lebrun (1992) conclui que a limitação voluntária dos nascimentos só ocorre pelos finais do século XVIII, com circunscrição às cidades e às classes mais altas da sociedade, não excluindo, no entanto, que possa ter existido um tímido controlo, em períodos de crise, em algumas famílias de classes populares, posição também expressa por de Vries (1983: 197-210) para as grandes cidades europeias do século XVII. Uma tal sustentação, não provada, impõe que se estudem os comportamentos demográficos por “estratos” sociais e, nesse sentido, as migrações podem surgir como chave para a compreensão da evolução das populações urbanas no Antigo Regime, dado que a contribuição dos migrantes, por contraste aos nativos, em matéria de comportamentos diferenciados no casamento e na reprodução parece evidente. As migrações constituem, porém, a variável microdemográfica menos

estudada, dada a dificuldade de se realizar o seu “isolamento”, e a menos empregue na explicação das alterações das populações em geral e urbanas em particular (Oris 2003: 189-190).

As abordagens microanalíticas permitem ir mais além na compreensão do casamento como variável reguladora da dinâmica demográfica e, em concreto, da reprodução porque relevam uma dimensão comportamental decorrente da condição de origem dos residentes em espaço urbano, que, de verdade, está presente independentemente de se estudar o fenómeno nas cidades do Antigo Regime ou nas cidades industrializadas. A perspectiva de se encarar o casamento como um mecanismo regulador da dinâmica das populações adquire outra dimensão quando assumida pela análise comparativa de comportamentos entre migrantes e nativos residentes em espaços urbanos.

A associação da condição de origem geográfica dos residentes na cidade com os comportamentos reprodutivos tem constituído campo de teorização e tem sido testada, nomeadamente, com base em quatro hipóteses orientadoras:

– A *hipótese de socialização* que sustenta que o comportamento dos migrantes reflecte as preferências de reprodução dominante no ambiente de infância e que, por isso, eles tendem a apresentar níveis de reprodução similares aos da população de origem, existindo, embora, a tendência para a aproximação de comportamentos na geração subsequente à fixação ao espaço de acolhimento.

Esta hipótese está associada aos trabalhos de Goldberg (1959, 1960) que analisam, para áreas urbanas, os efeitos das diferenças socioeconómicas na reprodução. Apesar de existirem algumas evidências de conexão entre capacidade reprodutiva e condições socioeconómicas – com os detentores de maiores rendimentos e terem, tendencialmente, menos filhos – as mesmas podem não ser assim tão lineares porque os detentores de menores rendimentos são, sobretudo, de origem rural e portadores, por isso, de uma socialização de infância diferente.

O autor observou, para a cidade de Detroit, que as pessoas de origem rural apresentam uma capacidade reprodutiva mais elevada do que as nativas, admitindo que essas diferenças possam também cumulativamente advir das mesmas disporem de condições socioeconómicas menos vantajosas.

Freedman e Slesinger (1961), com idêntico raciocínio, analisaram os dados sobre a população total dos EUA e concluíram que a relação contrária entre maior número de nascimentos e menor rendimento disponível se extingue quando se considera apenas a

população nativa das cidades. Duncan (1965) conclui no mesmo sentido e advogou que a aquisição de um padrão de reprodução consentâneo com o dominante nas cidades se alcança com a permanência no tempo dos migrantes que a elas se fixam. Mcgirr e Hirschman (1979) demonstraram que as diferenças socioeconômicas entre migrantes e nativos se esbatem no tempo, entre gerações, permanecendo no entanto em níveis superiores a capacidade reprodutiva dos primeiros face aos segundos. Rosenwaite (1973) mostrou que a primeira geração de italo-americanos manteve comportamentos reprodutivos específicos que, no entanto, se esbateram e se tornaram semelhantes à dos nativos na segunda geração. Stephen e Bean (1992) encontraram resultados semelhantes para mexicano-americanos e Kahn (1994), para os EUA, não encontrou nenhuma evidência de mudanças nos comportamentos reprodutivos para a maioria dos imigrantes que mantêm diferenciação de padrões face aos nativos.

– A *hipótese de adaptação* que sustenta que o comportamento reprodutivo dos migrantes, mais cedo ou mais tarde, se assemelha aos padrões das sociedades de acolhimento. Myers e Morris (1966) demonstram que os migrantes provenientes de zonas rurais apresentaram idêntica capacidade reprodutiva do que a população urbana nativa. Goldstein (1973) chegou a resultados muito semelhantes na Tailândia ao identificar que os níveis de fertilidade de migrantes, especialmente na capital, Bangkok, eram bem inferiores aos dos não-migrantes. Hiday (1978), para as Filipinas, chegou a resultados similares. Farber e Lee (1984) testaram também, para a Coreia, o efeito da migração rural-urbana na fertilidade, concluindo que os seus protagonistas apresentam menor capacidade reprodutiva do que os nativos. Lee e Pol (1993) demonstraram que se processa uma adaptação rural-urbana significativa no México, mas não na República dos Camarões, atribuída ao contexto específico de tardia Transição Demográfica em África. Brockerhoff e Yang (1994), no entanto, encontraram suporte para a verificação da hipótese da adaptação no contexto Africano, ao demonstrarem em estudo comparativo sobre a fertilidade rural-urbano, em seis países, que a capacidade reprodutiva dos migrantes, nessa condição, diminuiu em todos drasticamente e manteve-se baixa no longo prazo entre a maioria dos grupos de migrantes. A análise mostrou que o declínio da fertilidade dos migrantes pode ser, em grande parte, atribuído a uma melhoria acentuada na sua qualidade de vida e ao aumento do uso de métodos anticoncepcionais modernos. Brockerhoff (1995) confirmou descobertas anteriores pelo estudo da fertilidade de migrantes, rural-urbano, em treze países africanos. Também Hervitz (1985) suporta a hipótese de adaptação com base em estudo sobre a fertilidade de migrantes inter-regionais no Brasil e, no mesmo sentido, Umezaki e Ohtsuka (1998) concluem sobre o impacto das migrações na reprodução na Nova Guiné. Esta hipótese parece viável ainda que deva ser entendida ao longo do tempo, entre intervalos

genésicos, embora, no limite, não se tenda a assistir a padronização de comportamentos, numa mesma geração, entre migrantes e naturais do espaço de acolhimento tal como sugerem abordagens também realizadas para Portugal. Os migrantes de primeira geração mudam comportamentos mas distanciam-se do padrão comportamental dos nativos (Maia 2003).

Em estudo sobre o primeiro intervalo intergenésico para mulheres casadas paquistanesas, Raajpoot (1996) testa os possíveis efeitos do nível de educação, da duração do casamento, da residência urbana ou rural e do uso corrente da contraceção podem ter sobre o espaçamento, em meses, entre o nascimento do primeiro filho e o nascimento do segundo filho para concluir que o uso corrente da contraceção parece não explicar o comportamento reprodutivo das mulheres e que as residentes nos espaços urbanos têm os segundos filhos quatro meses, em média, após as residentes nos espaços rurais. A verificação destas diferenças a partir dos locais de residência é também notada, para a Jordânia, sendo que as mesmas tendem, no entanto, a esbater-se nos intervalos genésicos entre demais filhos Abdullah (1983: 71).

A capacidade reprodutiva nos espaços urbanos, como parece ser um dado adquirido para os países em desenvolvimento, tende a ser menor do que nos espaços rurais, embora alguns estudos demonstrem que as probabilidades de nascimento de um segundo filho em menor tempo são maiores nos espaços urbanos do que nos espaços rurais. As diferenças estarão relacionadas com a influência que, nas cidades, os migrantes exercem ao manterem inalterado, por mais do que uma geração, o padrão de reprodução dos espaços de origem Raajpoot (1996: 79), o que, ao verificar-se, reforça mais a hipótese de socialização do que a hipótese de adaptação.

A *hipótese de selecção* que sustenta que os migrantes constituem um grupo cujos comportamentos reprodutivos tendem a ser mais semelhantes aos padronizados nas sociedades de acolhimento do que aos padronizados nas sociedades de origem. Myers e Morris (1966) e Goldstein (1973) levantam, inicialmente, a questão da selectividade de comportamentos dos migrantes. Macisco e Bouvier (1970) estudam a reprodução de migrantes e de não-migrantes em San Juan, Porto Rico, concluindo que os primeiros apresentaram níveis significativamente mais baixos de fertilidade do que a população rural e do que, na sua condição, os nativos urbanos. A maior taxa de actividade e o nível de escolaridade mais elevado dos migrantes explicam algumas das diferenças. O casamento precoce e a reprodução consequente, nas áreas rurais, podem ser vistos como obstáculos para a mobilidade ascendente, motivando, como resposta, o adiamento do casamento e da reprodução e o incremento de estudos superiores e a migração para a capital. Os migrantes em meio urbano apresentam comportamentos diferenciados em matéria de nupcialidade

e de reprodução e, em reforço, tendem a acentuar esses comportamentos em situações em que a constituição das famílias se assume pela homogamia com base nos espaços de origem (Maia 2003).

Outros trabalhos discutem a questão da selectividade migrante (Goldstein e Goldstein 1981; Murphy e Sullivan 1985). Courgeau (1989), sobre a fertilidade de migrantes rural-urbano e urbano-rural, em França, também fornece evidências claras de apoio à hipótese. A análise longitudinal de dados mostrou que a migração para a cidade conduz à redução significativa da fecundidade, enquanto a migração para os meios rurais a aumenta.

– A *hipótese de ruptura* que sustenta que os migrantes apresentam níveis particularmente baixos de reprodução devido a factores perturbadores associados com o processo de migração.

A análise de Goldstein (1973), para a Tailândia, demonstrou que a capacidade reprodutiva dos migrantes não era muito diferente da dos não-migrantes, embora o mesmo não se passe em relação à capacidade reprodutiva dos migrantes recentes, há menos de cinco anos nessa condição, que é consideravelmente menor, em consequência, numa das explicações possíveis, da ruptura resultante da separação conjugal, tendo o padrão de abaixamento continuidade, ao longo de todo do ciclo de fecundidade, pela inserção dos mesmos no modo de vida urbano (Goldstein e Goldstein, 1981). Brockerhoff (1995) demonstrou a existência de uma fertilidade muito baixa de áreas urbanas dos migrantes durante os primeiros anos de fixação em vários países africanos, em resultado, segundo ele, dos altos níveis de separação de cônjuges casados e do alongamento dos intervalos de nascimentos dos seus filhos.

Um estudo de Mulder e Wagner (2001), sobre a formação da família e casa própria na Alemanha Ocidental e na Holanda, demonstrou a existência de um aumento das taxas de primeiro parto logo após os casais se mudarem para a casa própria.

Parece não haver dúvidas quanto ao paralelismo entre desenvolvimento urbano e baixos índices de reprodução relativamente a espaços com outras características ou, se se quiser, nos espaços urbanos, o número médio de filhos por mulher, nomeadamente contabilizado pelas taxas de fecundidade, é menor do que nos espaços rurais. Mas quem são os agentes dessa diferença? E quais são os veículos que a operacionalizam?

Ao tocar a questão da generalização da contracepção, Michel (1983) sugere que a sua adopção pelas classes mais baixas provenientes dos meios rurais permitiu uma homogeneização de comportamentos nos meios urbanos, não no sentido de se tornarem por si sós equivalentes às classes médias e altas, mas antes por permitirem a estas, que no passado tinham menos filhos, poderem agora aumentar a reprodução. A questão torna-se

pertinente na medida em que os migrantes passam a ser considerados como dinamizadores dos padrões de comportamentos, sem que essa condição tenha que ter filiação à adopção de métodos contraceptivos.

Os migrantes, ao estarem sujeitos a constrangimentos sociais e económicos decorrentes das diferentes condições de trabalho que a cidade impõe, são compelidos a repensarem toda a sua estratégia de reprodução e, nesse sentido, a criarem a ruptura com o padrão caracterizador das sociedades de origem a que estão filiados. Vivem na cidade situações de isolamento parcial – com dificuldades na constituição de família, com ocupações mais definidas em termos de tempos e de vínculos – que, além de constrangerem o casamento, conduzem a um repensar sobre a reprodução dos casais.

3. Fontes, metodologia e estratégia analítica

São utilizados os registos de batismo e de casamento das Mercês, paróquia da cidade de Lisboa, no decurso de um século, entre 1650 e 1749, contemplando apenas famílias completas, ou seja, aquelas em que se conhece a sua criação pela data de casamento e o seu término pela data de óbito do primeiro cônjuge falecido, podendo ou não ser conhecida a data de nascimento das mulheres progenitoras, com inclusão de datas de nascimento dos descendentes e, para os mesmos, se ocorreram naquele espaço, de datas de casamento e de datas de óbito (Cf. Amorim 1991).

A fixação dos períodos de observação, 1650-1699 e 1700-1749, reporta a datas dos primeiros casamentos segundo tipologias de famílias de residentes no espaço a partir das origens geográficas dos cônjuges: as famílias em que ambos os cônjuges são naturais da cidade de Lisboa, as famílias em que um dos cônjuges é natural de Lisboa e outro é migrante e as famílias em que ambos os cônjuges são migrantes.

A origem geográfica dos indivíduos residentes na cidade, vertida nas tipologias de famílias, constitui a variável independente pela qual se testa a hipótese da existência ou não de diferenças estatisticamente significativas para os comportamentos observados, pelo recurso à análise de variância e a associação complementar dos testes de Tukey e de associação de valores em subconjuntos homogéneos (cf. Pestana e Gageiro 1998: 207-211).

A limitação das fontes disponíveis e a dimensão micro da abordagem espacial não impedem a apreciação crítica da hipótese central.

Considerando que, por processos de socialização comunitária, os migrantes tendem a manifestar um comportamento reprodutivo diferente dos naturais da cidade e que, com

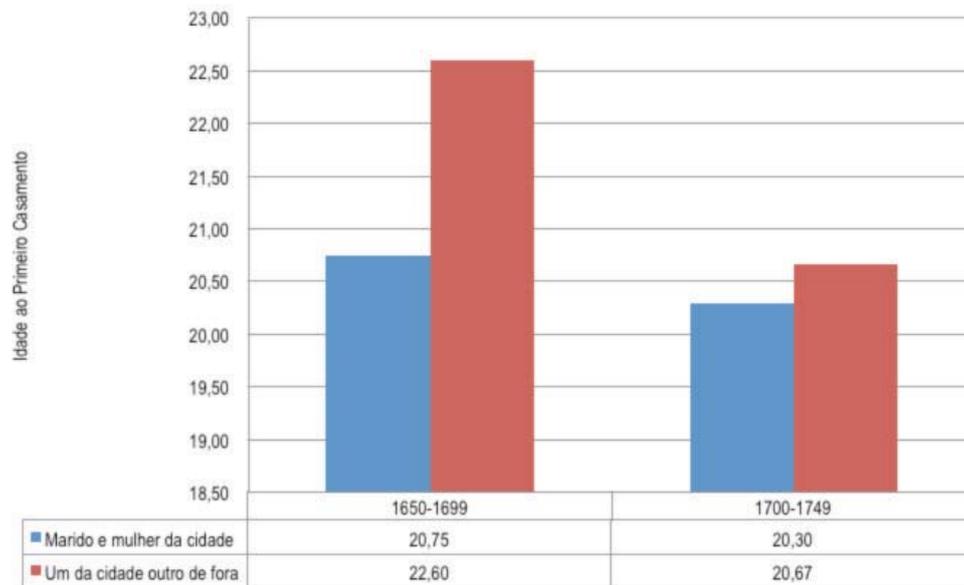
o tempo, tendem para deles se aproximarem, faz sentido que se observem os intervalos genésicos entre o casamento e o nascimento do primeiro filho, tidas neste contexto as ocorrências a partir do oitavo mês da constituição da família de forma a englobar apenas as concepções geradas no quadro matrimonial, e o nascimento do primeiro filho e o nascimento do segundo filho. A propensão para a padronização de comportamentos poderá verificar-se por relação a este quadro temporal. Mas também poderá evidenciar outras realidades como, por exemplo, a de uma redução da capacidade reprodutiva dos migrantes muito para além dos padrões reguladores da capacidade reprodutiva dos naturais da cidade e por isso serem tais comportamentos tradutores da sua capacidade de adaptação ao meio urbano. A linha de abordagem sustentada com base na observação dos intervalos genésicos, que pode, como aqui se assume, estar associada a outras combinações, com destaque para a idade ao casamento e ao número de nascimentos, ganha amplitude pelo estudo dos comportamentos a partir das famílias e não dos indivíduos. Se admitimos que a condição de migrante pode representar a adopção de comportamentos diferenciados aos dos indivíduos naturais dos espaços urbanos de acolhimento, então também podemos admitir que tais comportamentos se podem distanciar ou aproximar em função dos tipos de famílias segundo as origens geográficas dos cônjuges, sendo de supor que as famílias em que ambos os cônjuges são migrantes tenderão a apresentar comportamentos mais distanciados, qualquer que seja a sua natureza, aos das famílias em que ambos os cônjuges sejam naturais da cidade do que as famílias mistas, ou seja, em que um dos cônjuges é natural da cidade e o outro é migrante. É com base nesta estratégia de abordagem que se testa a hipótese central e as hipóteses consequentes descritas.

4. Resultados

4.1. Idade média ao primeiro casamento das mulheres segundo os tipos de casamento por origens dos cônjuges

Apesar do número limitado de casos não permitir assegurar que as diferenças de comportamento se façam sentir em permanência (não existindo casos de casamentos na cidade em que os dois cônjuges são de fora), as mulheres que migram para a cidade ou que, sendo daí naturais, casam com migrantes, fazem-no sempre em idade superior às mulheres naturais da cidade que casam com alguém que também daí é natural.

Figura 1. Idade média ao primeiro casamento das mulheres segundo os tipos de casamento por origens dos cônjuges



O distanciamento nas idades ao primeiro casamento é mais notório na segunda metade do século XVII, 1,9 anos, do que na primeira metade do século XVIII, 0,4 anos, embora em nenhum dos períodos as diferenças sejam significativas.

É de notar que a idade média ao primeiro casamento das mulheres na cidade de Lisboa é globalmente inferior, para períodos homólogos, à das mulheres residentes em espaços rurais ou semi-urbanos, chegando a registar diferenças de cerca de oito anos por relação ao Minho ou de seis anos por relação a Trás-os-Montes e à Estremadura (Cf. Rodrigues 2009: 208).

Quadro 1. Idade média ao primeiro casamento das mulheres segundo os tipos de casamento por origens dos cônjuges

		N =	Média	Desvio Padrão
1650-1699	Marido e mulher da cidade	8	20,75	4,892
	Um da cidade outro de fora	10	22,60	7,905
	Total	18	21,78	6,620
	p =	> ,05		
1700-1749	Marido e mulher da cidade	10	20,30	3,713
	Um da cidade outro de fora	21	20,67	3,425
	Total	31	20,55	3,463
	p =	> ,05		

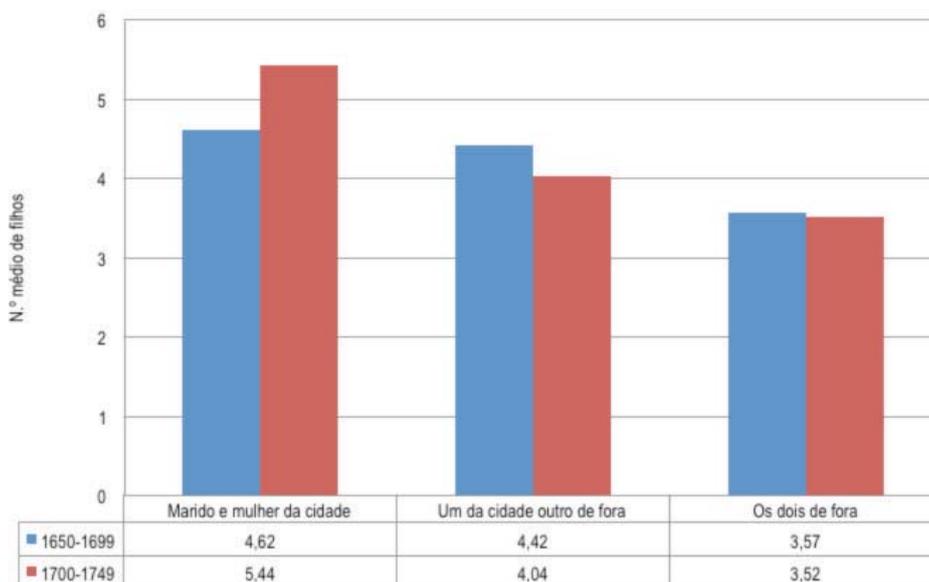
A idade média ao primeiro casamento das mulheres pode assumir um importante papel na regulação do número de nascimentos embora não os justificando totalmente, ou seja, ao seu aumento não deverá corresponder abaixamento equivalente do número de filhos.

4.2. Número médio de filhos dos casais residentes na cidade de Lisboa

A observação do número médio de filhos dos casais residentes na cidade de Lisboa segundo as suas origens geográficas traduz regularidade de comportamentos nos dois períodos correspondentes ao tempo de casamento dos progenitores: o número médio de filhos é sempre superior para os casais naturais da cidade face aos casais em que um dos cônjuges é natural da cidade e o outro é migrante, sendo ainda maior na comparação entre os casais em que ambos os cônjuges são naturais da cidade e os casais em que ambos os cônjuges são migrantes.

O número médio de filhos dos migrantes não se assemelha aos valores encontrados noutros contextos por igual observação de percursos de famílias completas, pese embora verificar-se tal aproximação em relação ao número médio de filhos dos casais em que ambos os cônjuges são naturais da cidade (Cf. Rodrigues 2009: 200).

Figura 2. Número de filhos legítimos por ano de casamento e origem geográfica dos cônjuges



O distanciamento do número médio de filhos aumenta entre períodos e é expressivo para a primeira metade do século XVIII com tradução de diferenças estatisticamente significativas ($p = ,009$; $F = 4,813$) para os casais em que ambos os cônjuges são naturais da cidade e os casais em que apenas um dos cônjuges é migrante ($p = ,048$), com os naturais da cidade a terem mais 1,3 filhos, e ainda mais na comparação entre os primeiros e os casais em que ambos os cônjuges são migrantes ($p = ,007$), com os naturais da cidade a terem mais 1,9 filhos. Esse distanciamento não se verifica, porém, entre casais em que apenas um dos cônjuges é migrante e entre casais em que ambos os cônjuges são migrantes ($p > ,05$).

No teste H.S.D. de Tukey, a coluna *diferença de médias* mostra as diferenças do número médio de filhos dos casais residentes na cidade de Lisboa para cada par de grupos. As diferenças positivas indicam valores médios superiores para o grupo I e as diferenças negativas indicam valores médios superiores para o grupo J. Na mesma coluna, as diferenças estatisticamente significativas estão representadas com asterisco.

Quadro 2. Número de filhos legítimos por ano de casamento e origem geográfica dos cônjuges

		N =	Média	Desvio Padrão	
1650-1699	Marido e mulher da cidade	29	4,62	3,427	
	Um da cidade outro de fora	53	4,42	3,054	
	Os dois de fora	23	3,57	2,809	
	Total	105	4,29	3,106	
	p =	,439			
	F =	,831			
1700-1749	Marido e mulher da cidade	41	5,44	3,233	
	Um da cidade outro de fora	89	4,04	3,428	
	Os dois de fora	60	3,52	2,453	
	Total	190	4,18	3,171	
	p =	,009			
	F =	4,813			
	Tukey HSD 1700-1749				
(I) Família origem	(J) Família origem	Diferença de Médias (I-J)	Desvio Padrão	p =	
Marido e mulher da cidade	Um da cidade outro de fora	1,394 [*]	,587	,048	
	Os dois de fora	1,922 [*]	,630	,007	
Um da cidade outro de fora	Os dois de fora	,528	,519	,567	

O agrupamento homogêneo de valores médios, por ordem crescente, mostra a proximidade do número de filhos nos casos em que um ou dois cônjuges migraram para a cidade e o distanciamento em relação ao número de filhos para os casos em que os cônjuges são ambos naturais da cidade.

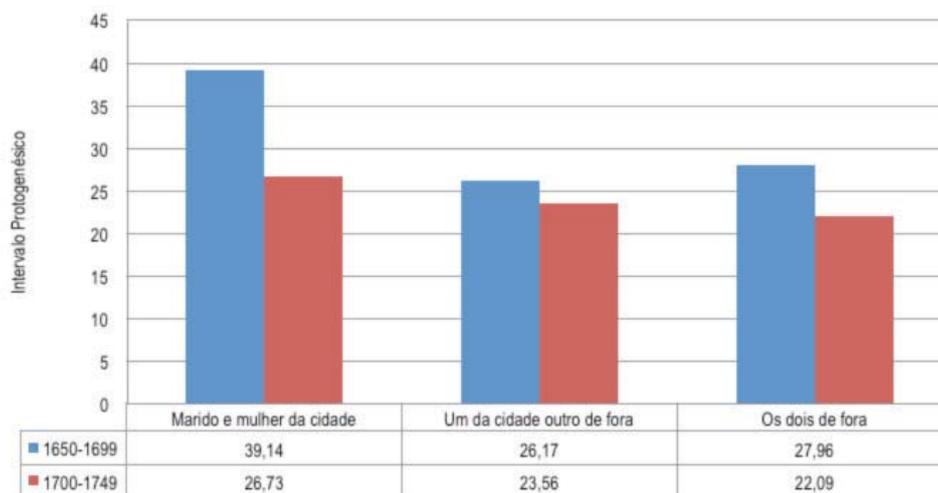
Quadro 3. Número de filhos legítimos por ano de casamento, 1700-1749, e origem geográfica dos cônjuges: homogeneidade das médias

Família de origem	N =	1º grupo	2º grupo
Os dois de fora	60	3,52	
Um da cidade outro de fora	89	4,04	
Marido e mulher da cidade	41		5,44
p =		,635	1,000

4.3. Intervalo protogenésico e origem geográfica dos cônjuges

O intervalo protogenésico, correspondente ao número médio de meses que dista entre a data do casamento dos cônjuges e a data de nascimento do primeiro filho, diferencia-se na comparação entre casais naturais da cidade e casais em que um ou ambos os cônjuges para aí migraram e, por outro lado, diferencia-se entre períodos sobretudo em relação aos casais em que ambos os cônjuges são naturais da cidade e aos casais em que ambos os cônjuges s

Figura 3. Intervalos protogenésicos por ano de casamento e origem geográfica dos cônjuges



São diferenças estaticamente significativas nos primeiros cinquena anos ($p = ,033$; $F = 3,461$), distando em 13,0 meses dos casais em que ambos os cônjuges são naturais da cidade face aos casais em que um dos cônjuges é migrante.

Na comparação de valores médios de intervalos protogenésicos para os restantes casais essas diferenças não se observam.

Quadro 4. Intervalos protogenésicos por ano de casamento e origem geográfica dos cônjuges

		N =	Média	Desvio Padrão	
1650-1699	Marido e mulher da cidade	72	39,14	48,807	
	Um da cidade outro de fora	175	26,17	33,416	
	Os dois de fora	83	27,96	25,594	
	Total	330	29,45	35,983	
	p =	,033			
	F =	3,461			
1700-1749	Marido e mulher da cidade	139	26,73	30,640	
	Um da cidade outro de fora	266	23,56	26,479	
	Os dois de fora	193	22,09	19,427	
	Total	598	23,82	25,546	
	p =	,257			
	F =	1,361			
Tukey HSD 1650-1699					
(I) Família origem	(J) Família origem	Diferença de Médias (I-J)	Desvio Padrão	p =	
Marido e mulher da cidade	Um da cidade outro de fora	12,973*	5,001	,027	
	os dois de fora	11,175	5,752	,128	
Um da cidade outro de fora	Os dois de fora	-1,798	4,760	,924	

O agrupamento homogêneo de valores médios, por ordem crescente, por referência ao período de 1650-1699, mostra a proximidade dos intervalos protogenésicos nos casos em que um ou dois cônjuges migraram para a cidade e o distanciamento destes em relação aos intervalos protogenésicos nos casos em que os cônjuges são ambos naturais da cidade.

Quadro 5. Intervalos protogenésicos por ano de casamento, 1650-1699, e origem geográfica dos cônjuges: homogeneidade das médias

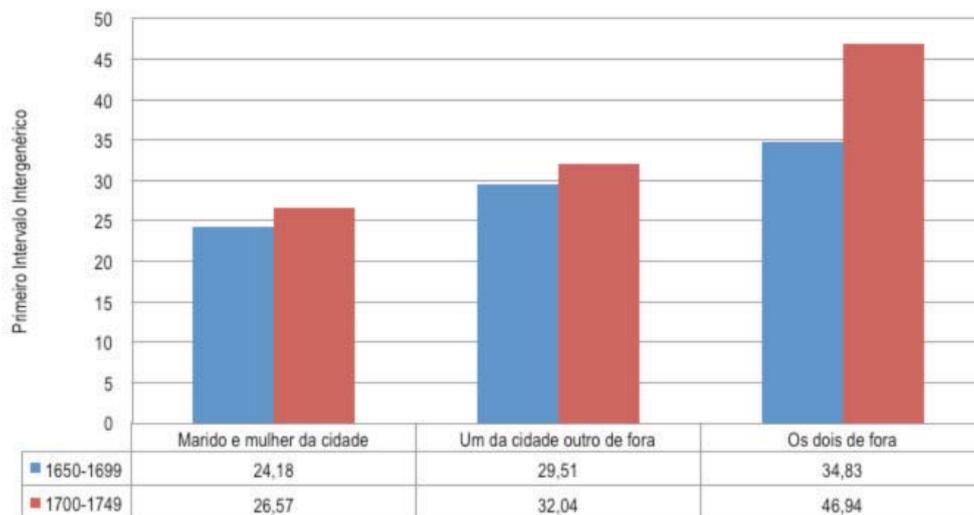
Família de origem	N =	1º grupo	2º grupo
1650-1699			
Um da cidade outro de fora	175	26,17	
Os dois de fora	83	27,96	27,96
Marido e mulher da cidade	72		39,14
p =		,936	,081

Mas, ao mesmo tempo, verifica-se, apesar do distanciamento de valores, a intercepção nos casos em que os dois cônjuges são migrantes por relação aos casos em que os dois cônjuges são naturais da cidade.

4.4. Primeiro Intervalo Intergenésico

O primeiro intervalo intergenésico, que resulta do número de meses que distam entre o nascimento do primeiro filho e o nascimento do segundo filho, traduz regularidade de comportamentos pelos períodos observados, com os naturais da cidade a terem os segundos filhos mais cedo do que os casais em que os cônjuges, um ou dois, migraram para a cidade, com particular distanciamento em relação a estes últimos.

Figura 4. Primeiro Intervalo Intergenérico por ano de casamento e origem geográfica dos cônjuges



Para a segunda metade do século XVII as diferenças são estatisticamente significativas ($p = ,019$; $F = 4,065$), com os casais naturais da cidade a terem, em média, mais cedo 10,7 meses os segundos filhos do que os casais em que ambos os cônjuges são oriundos de fora da cidade.

Quadro 6. Primeiro Intervalo Intergenérico por ano de casamento e origem geográfica dos cônjuges

		N =	Média	Desvio Padrão	
1650-1699	Marido e mulher da cidade	45	24,18	12,224	
	Um da cidade outro de fora	118	29,51	16,249	
	Os dois de fora	42	34,83	24,124	
	Total	205	29,43	17,684	
	p =	,019			
	F =	4,065			
1700-1749	Marido e mulher da cidade	105	26,57	10,920	
	Um da cidade outro de fora	162	32,04	27,824	
	Os dois de fora	119	46,94	144,628	
	Total	386	35,15	82,668	
	p =	,151			
	F =	1,899			
Tukey HSD 1650-1699					
(I) Família origem	(J) Família origem	Diferença de Médias (I-J)	Desvio Padrão	p =	
Marido e mulher da cidade	Um da cidade outro de fora	-5,331	3,053	,191	
	Os dois de fora	-10,656*	3,738	,013	
Um da cidade outro de fora	Os dois de fora	-5,325	3,131	,207	

O agrupamento homogêneo de valores médios, por ordem crescente, por referência ao período de 1650-1699, confirma a proximidade dos intervalos intergenésicos nos casos em que um ou dois cônjuges são naturais da cidade e o distanciamento em relação aos intervalos intergenésicos nos casos em que os cônjuges são ambos migrantes, pese embora demonstrar a intercepção que existe entre os casos em que um dos cônjuges é migrante com os casos em que ambos os cônjuges são migrante.

Quadro 7. Primeiro intervalo intergenérico por ano de casamento, 1650-1699, e origem geográfica dos cônjuges: homogeneidade das médias

Família de origem	N =	1º grupo	2º grupo
1650-1699			
Marido e mulher da cidade	45	24,18	
Um da cidade outro de fora	118	29,51	29,51
Os dois de fora	42		34,83
p =		,246	,247

5. Discussão

Será necessário assumir-se que as hipóteses apresentadas podem indiciar conclusões, de certa forma, contraditórias como consequência de estarem suportadas em contextos espaciais e temporais e em tipologias migratórias diferentes. Mas também por derivarem da aplicação de diversas metodologias: um grande número dos estudos descritos sustenta-se na utilização de dados sincrónicos e não nominativos que, sendo impeditivos da observação em tempo longo, não permitem perceber se a relação entre migrações e reprodução é de carácter estrutural ou se está, como se conhece, muito filiada aos processos de industrialização e de urbanização.

A reduzida dimensão das bases de dados nominativas e longitudinais constitui também um obstáculo à obtenção de conclusões que tenham aceitação para além dos estudos de caso o que é tanto mais relevante quando se pretende estudar fenómenos como o da selectividade que impõem a divisão em grupos dos indivíduos constituintes da população para que se testem hipóteses.

Os dados apresentados demonstram que os migrantes, no decurso da segunda metade do século XVII e da primeira metade do século XVIII, tendem a alterar os seus comportamentos reprodutivos em meio urbano sem que isso equivalha a considerar-se que o façam por aproximação aos comportamentos padronizados dos nativos aí residentes. Não porque para os dois momentos de observação mantenham um número médio de filhos por família inferior e alteram os padrões de reprodução entre os dois primeiros nascimentos com distanciamento considerável em relação aos nativos: entre 1650 e 1699 têm em média menos 1,1 filhos do que os nativos, os seus primeiros filhos nascem em média 14,3 meses mais cedo do que os dos nativos e os seus segundos filhos nascem em média 10,7 meses mais tarde do que os dos nativos; a tendência mantém-se entre 1700-1749 ao terem em média menos 1,9 filhos do que os nativos, os seus primeiros filhos nascerem em média

15,4 meses mais cedo do que os dos nativos e os seus segundos filhos nascerem em média 20,4 meses mais tarde do que os dos nativos.

Esta diminuição do número de filhos, em parte consequência do aumento do espaçamento entre nascimentos, é indicativa de que os migrantes assumem uma posição activa na dinâmica demográfica do espaço urbano, ou seja, a sua acção não é tradutora de uma mera adaptação ao modelo vigente.

Os valores revelados para os intervalos genésicos são quase sempre tradutores da existência de uma fecundidade regulada. Nos intervalos protogenésicos, muito mais em relação aos casais em que ambos os cônjuges são naturais da cidade, do que para os casais em que ambos os cônjuges são migrantes: entre 1650 e 1699, respectivamente, de 39,14 meses face a 27,96 meses e entre 1700 e 1749 de 26,73 meses face a 22,09 meses. No primeiro intervalo intergenésico muito mais em relação aos casais em que ambos os cônjuges são migrantes a terem o segundo filho mais tarde, e fora dos padrões de aceitação para a existência de uma fecundidade natural que oscila entre os 12 e os 24 meses, do que nos casais em que ambos os cônjuges são naturais da cidade: entre 1650 e 1699, respectivamente, de 34,83 meses face a 24,18 meses e entre 1700 e 1749 de 46,9 meses face a 26,57 meses.

Não se trata de uma aproximação que se faz, por esbatimento do número de nascimentos, da primeira para a segunda gerações de migrantes, como afirmam Mcgirr e Hirschman (1979) ou Rosenwaite (1973), mas de uma aproximação que se faz numa mesma geração no espaçamento entre o nascimento dos filhos e que se traduz, como foi notado noutros contextos Goldstein (1973), Hiday (1978), Farber e Lee (1984) e Lee e Pol (1993), numa redução de nascimentos para além do valor padrão que é praticado pelos nativos, contrariando a tese de Mcgirr e Hirschman (1979) de que os migrantes, mesmo com alterações de comportamentos, tendem a manter um padrão de reprodução superior ao dos nativos ou a tese Rosenwaite (1973) de que os migrantes mantêm comportamentos semelhantes aos dos nativos. Não se apura neste contexto o papel e a dimensão do aborto que, considerando estudos anteriores (Cf. Maia e Ribeiro 2011), assume maior expressão nas mulheres migrantes do que nas mulheres naturais da cidade. Também aqui, salvaguardando a devida distância temporal, como notou Raajpoot (1996), percebe-se que os migrantes têm em média os segundos filhos mais tarde do que os naturais da cidade nos dois períodos observados sem que tal, naturalmente, se fique a dever ao uso de métodos contraceptivos.

O entendimento dos migrantes enquanto grupo que, no espaço urbano, apresenta comportamentos de selectividade não fará sentido se analisado na perspectiva da manutenção de padrões de reprodução próximos dos existentes nas sociedades de origem.

Mas fará sentido na perspectiva de que a necessidade de se adaptarem ao meio urbano lhes transforma consideravelmente a capacidade reprodutiva, pela diminuição do número de filhos, em consequência de uma série de factores, como o retardamento do casamento ou as ligações e dependência que mantêm com os familiares que permanecem nos espaços de origem, sendo que, em reforço do que se em verificado noutros contextos (Maia 2003), essa selectividade de comportamentos tende a assumir maior visibilidade nas situações em que, para a reprodução no quadro familiar, ambos os cônjuges são migrantes, e, por isso, é dupla a ruptura que fazem com os comportamentos padronizados nos espaços de origem e o esforço de adaptação ao espaço de acolhimento. Os resultados das análises apresentadas traduzem, em parte, o que se afirma porque os casais em que ambos os cônjuges são migrantes apresentam comportamentos bem mais distintos do que os casais em que as situações quando à origem geográfica dos cônjuges são mistas por comparação, uns e outros, aos casais em que ambos os cônjuges são naturais da cidade. A selecção, no sentido descrito, e a ruptura que o espaço urbano impõe aos migrantes atribui-lhes um papel preponderante no equilíbrio demográfico global, como noutros contextos se tem afirmado (Cf. Maia 2003; Michel 1983), e prova que, para o tempo de estudo, os comportamentos diferenciados sempre estiveram presentes, muito embora se tenham feito sentir de forma significativa com o processo de industrialização, deve ficar em aberto o estudo da importância que as migrações tiveram na redução da reprodução no decurso processo de Transição Demográfica.

Referências

- Abdullah, A. (1983) "A study of Birth Intervals in Jordan" In *Scientific Reports*, Number 46.
- Amorim, N. (1991) *Uma metodologia de reconstrução de paróquias*. Braga: Universidade do Minho.
- Anderson, M. (1971) *Family Structure in Nineteenth Century Lancashire*. London: Cambridge University Press.
- Brockerhoff, M (1995) "Fertility and family-planning in Africa cities: the impact of female migration" In *Journal of Biosocial Science* 27 (3): 347-358.
- Brockerhoff, M. e Yang, X. S. (1994) "Impact of migration on fertility in Sub-Saharan Africa" In *Social Biology* 41 (1-2): 19-43.
- Courageau, D. (1989) "Family formation and urbanization" In *Population: An English Selection* 44 (1): 123-146.
- de Vries, J. (1983) *A economia da Europa numa época de crise*, 1ª ed., Lisboa: Ed. D. Quixote.
- Duncan, O. D. (1965) "Farm background and differential fertility" In *Demography* 2: 240-249
- Dupâquier, J. (1981) *Pour la Démographie Historique*. Paris: P.U.F.
- Farber, S. C. e Lee, B. S. (1984) "Fertility adaptation on rural-to-urban migrant woman: a method of estimation applied to Korean women" In *Demography* 21 (3): 339-345.
- Freedman, R. e Slesinger, P. (1961) "Fertility differentials for the indigenous non-farm population of the United States". In *Population Studies* 15 (2): 161-173.
- Garden, M. (1975) *Lyon et les Lyonnais au XVIII Siècle*. Paris: Flammarion.
- Goldberg, D. (1959) "The fertility of two-generation urbanites" In *Population Studies* 12 (3): 214-222.
- Goldberg, D. (1960) "Another look at the Indianapolis fertility data" In *Milbank Memorial Fund Quarterly* 38 (1): 23-36.
- Goldstein, S. (1973) "Interrelations between migration and fertility in Thailand" In *Demography* 10 (2): 225-241.
- Goldstein, S. and Goldstein, A. (1981) "The impact of migration on fertility: an own children analysis for Thailand." In *Population Studies* 35 (2): 265-281.
- Hervitz, Hugo M. (1985) "Selectivity, Adaptation, or Disruption? A Comparison of Alternative Hypotheses on the Effects on Fertility: The Case of Brazil", In *International Migration Review*, 19, 2: 293-317
- Kahn, R. (1994) "Immigrant and native fertility during 1980's: adaptation and expectations for the future" In *International Migration Review* 28 (3): 501-519.
- Lebrun, F. (1992) "Os primórdios da contracepção" In *Amor e sexualidade no Ocidente*. Lisboa: Terramar: 114-124.
- Lee, S. e Pol, G. (1993) "The influence of rural-urban migration on migrant's fertility in Korea, Mexico and Cameroon" In *Population Research and Policy Review* 12 (1): 3-26
- Lynch, L. (1996) "Geographical Mobility and Urban Life: Comparative Perspectives on American and European Demographic Trends in the Past": 203-223 In *Les Systèmes Démographiques du Passé*, editen by Alain Bideau et al. Lyon: Programme Rhône Alpes de Recherches en Sciences Humaines.

- Macisco, J. e Bouvier, F. (1970) "The effect of labor force participation on the relation between migration status and fertility in San Juan, Puerto Rico" In *Milbank Memorial Fund Quarterly* 48(1): 51-70.
- Maia, R. (2003) *O sentido das diferenças. Migrantes e naturais: observação de percursos de vida no Bonfim*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Maia, R. e Ribeiro, F. (2011) "Reprodução, contraceção e aborto no Portugal do século XX: práticas e discursos. Um estudo de caso na cidade do Porto" In *Família, Espaço e Património* (Carlota Santos coord.) CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Família, Espaço e Património. ed. Porto: CITCEM, p. 123-136.
- McGirr, J. e Hirschman, C. (1979) "The two-generations urbanite hypothesis revisited" In *Demography* 16 (1): 27-35
- Michel, A. (1983) *Sociologia da família e do casamento*. Porto: Rés-Editora.
- Mulder, H. e Wagner, M., (2001) "The connection between family formation and first-time home ownership in the context of West Germany and the Netherlands" In *European Journal of Population* 17 (2): 137-164.
- Murphy, M. e Sullivan, O. (1985) "Housing tenure and family formation in contemporary Britain" In *European Sociological Review* 1 (3): 230-243.
- Myers, C. e Morris, W. (1966) "Migration and fertility in Puerto Rico" In *Population Studies* 20 (1): 85-96.
- Oris, M. (1996) "Fertility and Migration in the heart of the industrial revolution" In *The History of the Family. An International Quarterly*. Vol. 1, Number 2: 169-182.
- Oris, M. (2000) "The age at marriage of migrants during the industrial revolution in the region of Liège" In *The History of the Family. An International Quarterly*. Vol. 5, Number 4: 391-413.
- Oris, M. (2003) "The history of migration as a chapter in the history of the European rural family: An overview" In *History of the Family* 8: 187–215
- Perrenoud, A. (1994) "Le role de la mobilité dans les systèmes de Régulation Démographique" *Contribution to the Entretiens Jacques Cartier. La Plagne: 12-15 Les Systèmes Démographiques Européens*.
- Pestana, M. e Gageiro, J. (1998) *Análise de dados para Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Raajpoot, A. (1996) "An investigation into the Spacing of Births among a Sample of Ever-Married Women" In *The Social Science Journal*, Vol. 33, Number 1: 69-82.
- Rodrigues, T. (2009) "As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII" In *História da População Portuguesa* (Teresa Ferreira Rodrigues coord.). Porto: CEPESE e Edições Afrontamento: 159-246
- Rosenwaite, I. (1973) "Two generations of Italians in America: their fertility experience" In *International Migration Review* 7 (3): 271-280
- Stephen, H. e Bean, D. (1992) "Assimilation, disruption and the fertility of Mexican-origin women in the United States" In *International Migration Review* 26 (1): 67-88.
- Umezaki, M. e Ohtsuka, R. (1998) "Impact of rural-urban migration of fertility: a population ecology analysis in the Kombio, Papua, New Guinea" In *Journal of Biosocial Science* 30 (3): 411-422.